

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins Design gráfico: Flatland Design

AAP-ISBN: 978-972-9451-89-8 CITCEM-ISBN: 978-989-8970-25-1

Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM Lisboa, 2020

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

#### Desenho de capa:

Planta do castro de Monte Mozinho (Museu Municipal de Penafiel).











Apoio



# Índice

15 Prefácio José Morais Arnaud

#### 1. Historiografia e Teoria

- Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões)

  Ana Cristina Martins
- 25 Como descolonizar a arqueologia portuguesa? Rui Gomes Coelho
- Arqueologia e Modernidade: uma revisitação pessoal e breve de alguns aspetos da obra homónima de Julian Thomas de 2004 Vítor Oliveira Jorge
- Dados para a História das Mulheres na Arqueologia portuguesa, dos finais do século XIX aos inícios do século XX: números, nomes e tabelas Filipa Dimas / Mariana Diniz
- 73 Retractos da arqueologia portuguesa na imprensa: (in)visibilidades no feminino Catarina Costeira / Elsa Luís
- 85 Arqueologia e Arqueólogos no Norte de Portugal Jacinta Bugalhão
- Vieira Guimarães (1864-1939) e a arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes

  João Amendoeira Peixoto / Ana Cristina Martins
- Os memoráveis? A arqueologia algarvia na imprensa nacional e regional na presente centúria (2001-2019): características, visões do(s) passado(s) e a arqueologia enquanto marca
  Frederico Agosto / João Silva
- A Evolução da Arqueologia Urbana e a Valorização Patrimonial no Barlavento Algarvio: Os casos de Portimão e Silves Artur Mateus / Diogo Varandas / Rafael Boavida

#### 2. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- O Caderno Reivindicativo e as condições de trabalho em Arqueologia Miguel Rocha / Liliana Matias Carvalho / Regis Barbosa / Mauro Correia / Sara Simões / Jacinta Bugalhão / Sara Brito / Liliana Veríssimo Carvalho / Richard Peace / Pedro Peça / Cézer Santos
- Os Estudos de Impacte Patrimonial como elemento para uma estratégia sustentável de minimização de impactes no âmbito de reconversões agrícolas Tiago do Pereiro
- Salvaguarda de Património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização Filipa Bragança / Gertrudes Zambujo / Sandra Lourenço / Belém Paiva / Carlos Banha / Frederico Tatá Regala / Helena Moura / Jacinta Bugalhão / João Marques / José Correia / Pedro Faria / Samuel Melro
- Os valores do Património: uma investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde José Paulo Francisco

- Conjugando recursos arqueológicos e naturais para potenciar as visitas ao Geoparque Litoral de Viana do Castelo (Noroeste de Portugal) Hugo A. Sampaio / Ana M.S. Bettencourt / Susana Marinho / Ricardo Carvalhido
- Áreas de Potencial Arqueológico na Região do Médio Tejo: Modelo Espacial Preditivo Rita Ferreira Anastácio / Ana Filipa Martins / Luiz Oosterbeek
- Património Arqueológico e Gestão Territorial: O contributo da Arqueologia para a revisão do PDM de Avis

  Ana Cristina Ribeiro
- A coleção arqueológica do extinto Museu Municipal do Porto Origens, Percursos e Estudos Sónia Couto
- 251 Valpaços uma nova carta arqueológica Pedro Pereira / Maria de Fátima Casares Machado
- 263 Arqueologia na Cidade de Peniche Adriano Constantino / Luís Rendeiro
- 273 Arqueologia Urbana: a cidade de Lagos como caso de Estudo Cátia Neto
- Estratégias de promoção do património cultural subaquático nos Açores. O caso da ilha do Faial

  José Luís Neto / José Bettencourt / Luís Borges / Pedro Parreira
- 297 Carta Arqueológica da Cidade Velha: Uma primeira abordagem Jaylson Monteiro / Nireide Tavares / Sara da Veiga / Claudino Ramos / Edson Brito / Carlos Carvalho / Francisco Moreira / Adalberto Tavares
- Antropologia Virtual: novas metodologias para a análise morfológica e funcional Ricardo Miguel Godinho / Célia Gonçalves

#### 3. Didáctica da Arqueologia

- Como os projetos de Arqueologia podem contribuir para uma comunidade culturalmente mais consciente Alexandra Figueiredo / Claúdio Monteiro / Adolfo Silveira / Ricardo Lopes
- 337 Educação Patrimonial Um cidadão esclarecido é um cidadão ativo! Ana Paula Almeida
- A aproximação da Arqueologia à sala de aula: um caso de estudo no 3º ciclo do Ensino Básico

  Luís Serrão Gil
- 363 Arqueologia 3.0 Pensar e comunicar a Arqueologia para um futuro sustentável Mónica Rolo
- "Conversa de Arqueólogos" Divulgar a Arqueologia em tempos de Pandemia Diogo Teixeira Dias
- Escola Profissional de Arqueologia: desafios e oportunidades Susana Nunes / Dulcineia Pinto / Júlia Silva / Ana Mascarenhas
- Os Museus de Arqueologia e os Jovens: a oferta educativa para o público adolescente Beatriz Correia Barata / Leonor Medeiros
- O museu universitário como mediador entre a ciência e a sociedade: o exemplo da secção de arqueologia no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP)

  Rita Gaspar

- Museu de Lanifícios: Real Fábrica de Panos. Atividades no âmbito da Arqueologia Beatriz Correia Barata / Rita Salvado
- Arqueologia Pública e o caso da localidade da Mata (Torres Novas)

  Cláudia Manso / Ana Rita Ferreira / Cristiana Ferreira / Vanessa Cardoso Antunes
- Do sítio arqueológico ao museu: um percurso (também) didático Lídia Fernandes
- Estão todos convidados para a Festa! E para dançar também... O projecto do Serviço Educativo do Museu Arqueológico do Carmo na 5ª Edição da Festa da Arqueologia Rita Pires dos Santos
- O "Clã de Carenque", um projeto didático de arqueologia Eduardo Gonzalez Rocha
- Mediação cultural: peixe que puxa carroça nas Ruínas Romanas de Troia Inês Vaz Pinto / Ana Patrícia Magalhães / Patrícia Brum / Filipa Santos
- 481 Didática Arqueológica, experiências do Projeto Mértola Vila Museu Maria de Fátima Palma / Clara Rodrigues / Susana Gómez / Lígia Rafael

### 4. Arte Rupestre

- 497 Os inventários de arte rupestre em Portugal Mila Simões de Abreu
- O projeto FIRST-ART conservação, documentação e gestão das primeiras manifestações de arte rupestre no Sudoeste da Península Ibérica: as grutas do Escoural e Maltravieso Sara Garcês / Hipólito Collado / José Julio García Arranz / Luiz Oosterbeek / António Carlos Silva / Pierluigi Rosina / Hugo Gomes / Anabela Borralheiro Pereira / George Nash / Esmeralda Gomes / Nelson Almeida / Carlos Carpetudo
- Trabalhos de documentação de arte paleolítica realizados no âmbito do projeto
  PalæoCôa
  André Tomás Santos / António Fernando Barbosa / Luís Luís / Marcelo Silvestre / Thierry Aubry
- Imagens fantasmagóricas, silhuetas elusivas: as figuras humanas na arte do Paleolítico Superior da região do Côa Mário Reis
- Os motivos zoomórficos representados nas placas de tear de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)

  Andrea Martins / César Neves / José M. Arnaud / Mariana Diniz
- Arte Rupestre do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha). Síntese dos resultados dos trabalhos efectuados em 2007-2009 Mário Varela Gomes
- Gravuras rupestres de barquiformes no Monte de S. Romão, Guimarães, Noroeste de Portugal
   Daniela Cardoso
- Círculos segmentados gravados na Bacia do Rio Lima (Noroeste de Portugal): contributos para o seu estudo Diogo Marinho / Ana M.S. Bettencourt / Hugo Aluai Sampaio
- Equídeos gravados no curso inferior do Rio Mouro, Monção (NW Portugal). Análise preliminar Coutinho, L.M. / Bettencourt, A.M.S / Sampaio, Hugo A.S
- Paletas na Arte Rupestre do Noroeste de Portugal. Inventário preliminar Bruna Sousa Afonso / Ana M. S. Bettencourt / Hugo A. Sampaio

### 5. Pré-História

- O projeto Miño/Minho: balanço de quatro anos de trabalhos arqueológicos Sérgio Monteiro-Rodrigues / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas / Carlos Ferreira / Pedro Xavier / José Meireles / Alberto Gomes / Manuel Santonja / Alfredo Pérez-González
- A ocupação paleolítica da margem esquerda do Baixo Minho: a indústria lítica do sítio de Pedreiras 2 (Monção, Portugal) e a sua integração no contexto regional Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Sérgio Monteiro-Rodrigues / Eduardo Méndez-Quintas / Pedro Xavier / José Meireles / Alberto Gomes / Manuel Santonja / Alfredo Pérez-González
- O sítio acheulense do Plistocénico médio da Gruta da Aroeira Joan Daura / Montserrat Sanz / Filipa Rodrigues / Pedro Souto / João Zilhão
- As sociedades neandertais no Barlavento algarvio: modelos preditivos com recurso aos SIG

  Daniela Maio
- A utilização de quartzo durante o Paleolítico Superior no território dos vales dos rios Vouga e Côa Cristina Gameiro / Thierry Aubry / Bárbara Costa / Sérgio Gomes / Luís Luís / Carmen Manzano / André Tomás Santos
- Uma perspetiva diacrónica da ocupação do concheiro do Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal) a partir da tecnologia lítica Joana Belmiro / João Cascalheira / Célia Gonçalves
- Novos dados sobre a Pré-história Antiga no concelho de Palmela. A intervenção arqueológica no sítio do Poceirão I

  Michelle Teixeira Santos
- 757 Problemas em torno de Datas Absolutas Pré-Históricas no Norte do Alentejo Jorge de Oliveira
- Povoamento pré-histórico nas áreas montanhosas do NO de Portugal: o Abrigo 1 de Vale de Cerdeira Pedro Xavier / José Meireles / Carlos Alves
- 783 Apreciação do povoamento do Neolítico Inicial na Baixa Bacia do Douro. A Lavra I (Serra da Aboboreira) como caso de estudo Maria de Jesus Sanches
- O Processo de Neolitização na Plataforma do Mondego: os dados do Sector C do Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal)

  João Carlos de Senna-Martinez / José Manuel Quintã Ventura / Andreia Carvalho / Cíntia Maurício
- Novos trabalhos na Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas)
  Filipa Rodrigues / Pedro Souto / Artur Ferreira / Alexandre Varanda / Luís Gomes / Helena Gomes /
  João Zilhão
- 837 A pedra polida e afeiçoada do sítio do Neolítico médio da Moita do Ourives (Benavente, Portugal) César Neves
- 857 Casal do Outeiro (Encarnação, Mafra): novos contributos para o conhecimento do povoamento do Neolítico final na Península de Lisboa. Cátia Delicado / Carlos Maneira e Costa / Marta Miranda / Ana Catarina Sousa
- 873 Stresse infantil, morbilidade e mortalidade no sítio arqueológico do Neolítico Final/Calcolítico (4º e 3º milénio a.C.) do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja) Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain

- 885 *Come together*: O Conjunto Megalítico das Motas (Monção, Viana do Castelo) e as expressões Campaniformes do Alto Minho Ana Catarina Basílio / Rui Ramos
- 899 Trabalhos arqueológicos no sítio Calcolítico da Pedreira do Poio Carla Magalhães / João Muralha / Mário Reis / António Batarda Fernandes
- O sítio arqueológico de Castanheiro do Vento. Da arquitectura do sítio à arquitectura de um território

  João Muralha Cardoso
- 925 Estudo zooarqueológico das faunas do Calcolítico final de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): Campanhas de 2017 e 2018
  Cleia Detry / Ana Catarina Francisco / Mariana Diniz / Andrea Martins / César Neves / José Morais Arnaud
- As faunas depositadas no Museu Arqueológico do Carmo provenientes de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): as campanhas de 1937 a 1967
  Ana Catarina Francisco / Cleia Detry / César Neves / Andrea Martins / Mariana Diniz / José Morais Arnaud
- Análise funcional de material lítico em sílex do castro de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja, Portugal): uma primeira abordagem
  Rafael Lima
- O recinto da Folha do Ouro 1 (Serpa) no contexto dos recintos de fossos calcolíticos alentejanos
  António Carlos Valera / Tiago do Pereiro / Pedro Valério / António M. Monge Soares

#### 6. Proto-História

- 987 Produção de sal marinho na Idade do Bronze do noroeste Português. Alguns dados para uma reflexão
  Ana M. S. Bettencourt / Sara Luz / Nuno Oliveira / Pedro P. Simões / Maria Isabel C. Alves /
  Emílio Abad-Vidal
- A estátua-menir do Pedrão ou de São Bartolomeu do Mar (Esposende, noroeste de Portugal) no contexto arqueológico da fachada costeira de entre os rios Neiva e Cávado Ana M. S. Bettencourt / Manuel Santos-Estévez / Pedro Pimenta Simões / Luís Gonçalves
- 1015 O *Castro do Muro* (Vandoma/Baltar, Paredes) notas para uma biografia de ocupação da Idade do Bronze à Idade Média
  Maria Antónia D. Silva / Ana M. S. Bettencourt / António Manuel S. P. Silva / Natália Félix
- Do Bronze Final à Idade Média continuidades e hiatos na ocupação de Povoados em Oliveira de Azeméis

  João Tiago Tavares / Adriaan de Man
- As faunas do final da Idade do Bronze no Sul de Portugal: leituras desde o Outeiro do Circo (Beja)

  Nelson J. Almeida / Íris Dias / Cleia Detry / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- A Espada do Monte das Oliveiras (Serpa) uma arma do Bronze Pleno do Sudoeste Rui M. G. Monge Soares / Pedro Valério / Mariana Nabais / António M. Monge Soares
- São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha) Investigação e valorização de um povoado do Bronze Final
  António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Sara Almeida e Silva / Edite Martins de Sá
- Do castro de S. João ao Mosteiro de Santa Clara: notícia de uma intervenção arqueológica, em Vila do Conde Rui Pinheiro

O castro de Ovil (Espinho), um quarto de século de investigação – resultados e questões em aberto

Jorge Fernando Salvador / António Manuel S. P. Silva

O Castro de Salreu (Estarreja), um povoado proto-histórico no litoral do Entre Douro e Vouga

Sara Almeida e Silva / António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Edite Martins de Sá

- 1127 Castro de Nossa Senhora das Necessidades (Sernancelhe): uma primeira análise artefactual Telma Susana O. Ribeiro
- 1141 A cividade de Bagunte. O estado atual da investigação Pedro Brochado de Almeida
- Zoomorfos na cerâmica da Idade do Ferro no NW Peninsular: inventário, cronologias e significado

Nuno Oliveira / Cristina Seoane

- Vasos gregos em Portugal: diferentes maneiras de contar a história do intercâmbio cultural na Idade do Ferro

  Daniela Ferreira
- Os *exotica* da necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) no seu contexto regional Francisco B. Gomes

#### 7. Antiguidade Clássica e Tardia

- O uso de madeira como combustível no sítio da Quinta de Crestelos (Baixo Sabor): da Idade do Ferro à Romanização Filipe Vaz / João Tereso / Sérgio Simões Pereira / José Sastre / Javier Larrazabal Galarza / Susana Cosme / José António Pereira / Israel Espi
- Cultivos de Época Romana no Baixo Sabor: continuidade em tempos de mudança? João Pedro Tereso / Sérgio Simões Pereira / Filipe Santos / Luís Seabra / Filipe Vaz
- A casa romana na Hispânia: aplicação dos modelos itálicos nas províncias ibéricas Fernanda Magalhães / Diego Machado / Manuela Martins
- 1235 As pinturas murais romanas da Rua General Sousa Machado, n.º 51, Chaves José Carvalho
- Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó) Uma exploração agrícola romana do Douro Tony Silvino / Pedro Pereira
- 1255 A sequência de ocupação no quadrante sudeste de *Bracara Augusta*: as transformações de uma unidade doméstica

  Lara Fernandes / Manuela Martins
- Os Mosaicos com decoração geométrica e geométrico-vegetalista dos sítios arqueológicos da área do *Conuentus Bracaraugustanus*. Novas abordagens quanto à conservação, restauro, decoração e datação

  Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- "Casa Romana" do Castro de São Domingos (Cristelos, Lousada): Escavação, Estudo e Musealização Paulo André de P. Lemos
- A arqueobotânica no Castro de Guifões (Matosinhos, Noroeste de Portugal): O primeiro estudo carpológico

  Luís Seabra / Andreia Arezes / Catarina Magalhães / José Varela / João Pedro Tereso

- 1305 Um *Horreum* Augustano na Foz do Douro (Monte do Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia) Rui Ramos
- Ponderais romanos na Lusitânia: padrões, formas, materiais e contextos de utilização Diego Barrios Rodríguez
- 1323 Um almofariz centro-itálico na foz do Mondego Marco Penajoia
- 1335 Estruturas romanas de Carnide Lisboa Luísa Batalha / Mário Monteiro / Guilherme Cardoso
- O contexto funerário do sector da "necrópole NO" da Rua das Portas de S. Antão (Lisboa): o espaço, os artefactos, os indivíduos e a sua interconectividade na interpretação do passado Sílvia Loja, José Carlos Quaresma, Nelson Cabaço, Marina Lourenço, Sílvia Casimiro, Rodrigo Banha da Silva, Francisca Alves-Cardoso
- 1361 Povoamento em época Romana na Amadora resultados de um projeto pluridisciplinar Gisela Encarnação / Vanessa Dias
- 1371 A Arquitectura Residencial em *Mirobriga* (Santiago do Cacém): contributo a partir de um estudo de caso Filipe Sousa / Catarina Felício
- O fim do ciclo. Saneamento e gestão de resíduos nos edifícios termais de Mirobriga
   (Santiago do Cacém)
   Catarina Felício / Filipe Sousa
- 1399 Balsa, Topografia e Urbanismo de uma Cidade Portuária Vítor Silva Dias / João Pedro Bernardes / Celso Candeias / Cristina Tété Garcia
- No Largo das Mouras Velhas em Faro (2017): novas evidências da necrópole norte de *Ossonoba* e da sua ocupação medieval Ricardo Costeira da Silva / Paulo Botelho / Fernando Santos / Liliana Nunes
- Instrumentos de pesca recuperados numa fábrica de salga em *Ossonoba* (Faro) Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Paulo Botelho
- 1439 A Necrópole Romana do Eirô, Duas Igrejas (Penafiel): intervenção arqueológica de 2016 Laura Sousa / Teresa Soeiro
- Ritual, descarte ou afetividade? A presença de Canis lupus familiaris na Necrópole
   Noroeste de Olisipo (Lisboa)
   Beatriz Calapez Santos / Sofia Simões Pereira / Rodrigo Banha da Silva / Sílvia Casimiro /
   Cleia Detry / Francisca Alves Cardoso
- 1467 Dinâmicas económicas em *Bracara* na Antiguidade Tardia Diego Machado / Manuela Martins / Fernanda Magalhães / Natália Botica
- 1479 Cerâmicas e Vidros da Antiguidade Tardia do Edifício sob a Igreja do Bom Jesus (Vila Nova de Gaia) Joaquim Filipe Ramos
- Novos contributos para a topografia histórica de Mértola no período romano e na Antiguidade Tardia Virgílio Lopes

#### 8. Época Medieval

Cerâmicas islâmicas no Garb setentrional "português": algumas evidências e incógnitas Constança dos Santos / Helena Catarino / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Isabel Inácio / Gonçalo Lopes / Jacinta Bugalhão / Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Ana Sofia Gomes

- 1525 Contributo para o conhecimento da cosmética islâmica, em Silves, durante a Idade Média Rosa Varela Gomes
- Yábura e o seu território uma análise histórico-arqueológica de Évora entre os séculos VIII-XII José Rui Santos
- 1547 A encosta sul do Castelo de Palmela resultados preliminares da escavação arqueológica Luís Filipe Pereira / Michelle Teixeira Santos
- A igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa): um conjunto de silos e de cerâmica medieval islâmica

  Andreia Filipa Moreira Rodrigues
- O registo material de movimentações populacionais no Médio Tejo, durante os séculos XII-XIII. Dois casos de "sunken featured buildings", nos concelhos de Cartaxo e Torres Novas Marco Liberato / Helena Santos / Nuno Santos
- 1585 O nordeste transmontano nos alvores da Idade média. Notas para reflexão Ana Maria da Costa Oliveira
- Sepulturas escavadas na rocha do Norte de Portugal e do Vale do Douro: primeiros resultados do Projecto SER-NPVD
   Mário Jorge Barroca / César Guedes / Andreia Arezes / Ana Maria Oliveira
- "Portucalem Castrum Novum" entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o estudo dos materiais cerâmicos alto-medievais do arqueossítio da rua de D. Hugo, nº. 5 (Porto)

  João Luís Veloso
- 1627 A Alta Idade Média na fronteira de Lafões: notas preliminares sobre a Arqueologia no Concelho de Vouzela Manuel Luís Real / Catarina Tente
- 1641 Um conjunto cerâmico medieval fora de portas: um breve testemunho aveirense Susana Temudo
- Os Lóios do Porto: uma perspetiva integrada no panorama funerário da Baixa Idade Média à Época Moderna em meios urbanos em Portugal

  Ana Lema Seabra
- 1659 O Caminho Português Interior de Santiago como eixo viário na Idade Média Pedro Azevedo
- Morfologia Urbana: Um exercício em torno do Castelo de Ourém André Donas-Botto / Jaqueline Pereira
- Intervenção arqueológica na Rua Marquês de Pombal/Largo do Espírito Santo (Bucelas, Loures)
  Florbela Estêvão / Nathalie Antunes-Ferreira / Dário Ramos Neves / Inês Lisboa
- O Cemitério Medieval do Poço do Borratém e a espacialidade funerária na cidade de Lisboa Inês Belém / Vanessa Filipe / Vasco Noronha Vieira / Sónia Ferro / Rodrigo Banha da Silva
- 1705 Um Espaço Funerário Conventual do séc. XV em Lisboa: o caso do Convento de São Domingos da Cidade Sérgio Pedroso / Sílvia Casimiro / Rodrigo Banha da Silva / Francisca Alves Cardoso

### 9. Época Moderna e Contemporânea

- Arqueologia Moderna em Portugal: algumas reflexões críticas em torno da quantificação de conjuntos cerâmicos e suas inferências históricas e antropológicas Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 1733 Faianças de dois contextos entre os finais do século XVI e XVIII do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa Martim Lopes / Tomás Mesquita

- Um perfil de consumo do século XVIII na foz do Tejo: O caso do Mercado da Ribeira, Lisboa Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva / André Bargão
- Os Cachimbos dos Séculos XVII e XVIII do Palácio Mesquitela e Convento dos Inglesinhos (Lisboa)
  Inês Simão / Marina Pinto / João Pimenta / Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva
- «Tomar os fumos da erua que chamão em Portugal erua sancta». Estudo de Cachimbos provenientes da Rua do Terreiro do Trigo, Lisboa Miguel Martins de Sousa / José Pedro Henriques / Vanessa Galiza Filipe
- 1787 Cachimbos de Barro Caulínitico da Sé da Cidade Velha (República de Cabo Verde) Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Clementino Amaro
- 1801 Algumas considerações sobre espólio não cerâmico recuperado no Largo de Jesus (Lisboa) Carlos Boavida
- Adereços de vidro, dos séculos XVI-XVIII, procedentes do antigo Convento de Santana de Lisboa (anéis, braceletes e contas)

  Joana Gonçalves / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes
- Da ostentação, luxo e poder à simplicidade do uso quotidiano: arqueologia e simbologia de joias e adornos da Idade Moderna Portuguesa

  Jéssica Iglésias
- 1849 Os amuletos em Portugal dos objetos às superstições: o coral vermelho Alexandra Vieira
- 1865 Cerâmicas de Vila Franca de Xira nos séculos XV e XVI Eva Pires
- «Não passa por teu o que me pertence». Marcas de individualização associadas a faianças do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, Alcácer do Sal Catarina Parreira / Íris Fragoso / Miguel Martins de Sousa
- 1891 Cerâmica de Leiria: alguns focos de produção Jaqueline Pereira / André Donas-Botto
- 1901 Os Fornos na Rua da Biquinha, em Óbidos Hugo Silva / Filipe Oliveira
- 1909 A casa de Pêro Fernandes, contador dos contos de D. Manuel I: o sítio arqueológico da Silha do Alferes, Seixal (século XVI)

  Mariana Nunes Ferreira
- 1921 O Alto da Vigia (Sintra) e a vigilância e defesa da costa Alexandre Gonçalves / Sandra Santos
- 1937 O contexto da torre sineira da Igreja de Santa Maria de Loures Paulo Calaveira / Martim Lopes
- 1949 A Necrópole do Hospital Militar do Castelo de São Jorge e as práticas funerárias na Lisboa de Época Moderna Susana Henriques / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Sofia N. Wasterlain
- 1963 SAND Sarilhos Grandes Entre dois Mundos: o adro da Igreja e a Paleobiologia dos ossos humanos recuperados Paula Alves Pereira / Roger Lee Jesus / Bruno M. Magalhães
- 1975 Expansão urbana da vila de Cascais no século XVII e XVIII: a intervenção arqueológica na Rua da Vitória nº 15 a 17
  Tiago Pereira / Vanessa Filipe
- 1987 Novos dados para o conhecimento do Urbanismo de Faro em época Moderna Ana Rosa

- 1995 Um exemplo de Arqueologia Urbana em Alcoutim: o Antigo Edifício dos CTT Marco Fernandes / Marta Dias / Alexandra Gradim / Virgílio Lopes / Susana Gómez Martínez
- 2007 Palácio dos Ferrazes (Rua das Flores/Rua da Vitória, Porto): a cocheira de Domingos Oliveira Maia Francisco Raimundo
- As muitas vidas de um edifício urbano: História, Arqueologia e Antropologia no antigo Recreatório Paroquial de Penafiel Helena Bernardo / Jorge Sampaio / Marta Borges
- O convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: o contributo da arqueologia para o conhecimento de um monumento identitário João Gonçalves Araújo / N'Zinga Oliveira
- Arqueologia na ilha do Corvo... em busca da capela de Nossa Senhora do Rosário Tânia Manuel Casimiro / José Luís Neto / Luís Borges / Pedro Parreira
- 2059 Perdidos à vista da Costa. Trabalhos arqueológicos subaquáticos na Barra do Tejo Jorge Freire / José Bettencourt / Augusto Salgado
- Arqueologia marítima em Cabo Verde: enquadramento e primeiros resultados do projecto CONCHA
  José Bettencourt / Adilson Dias / Carlos Lima / Christelle Chouzenoux / Cristóvão Fonseca / Dúnia Pereira / Gonçalo Lopes / Inês Coelho / Jaylson Monteiro / José Lima / Maria Eugénia Alves / Patrícia Carvalho / Tiago Silva
- Trabalhos arqueológicos na Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde):
  reflexões sobre um projecto de investigação e divulgação patrimonial
  André Teixeira / Jaylson Monteiro / Mariana Mateus / Nireide Tavares / Cristovão Fonseca /
  Gonçalo C. Lopes / Joana Bento Torres / Dúnia Pereira / André Bargão / Aurélie Mayer / Bruno Zélie /
  Carlos Lima / Christelle Chouzenoux / Inês Henriques / Inês Pinto Coelho / José Lima /
  Patrícia Carvalho / Tiago Silva
- A antiga fortificação de Quelba / Khor Kalba (E.A.U.). Resultados de quatro campanhas de escavações, problemáticas e perspectivas futuras
  Rui Carita / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes / Kamyar Kamyad
- Colónias para homens novos: arqueologia da colonização agrária fascista no noroeste ibérico Xurxo Ayán Vila / José Mª. Señorán Martín

# SALVAGUARDA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM OPERAÇÕES FLORESTAIS: GESTÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Filipa Bragança<sup>1</sup>, Gertrudes Zambujo<sup>2</sup>, Sandra Lourenço<sup>3</sup>, Belém Paiva<sup>4</sup>, Carlos Banha<sup>5</sup>, Frederico Tatá Regala<sup>6</sup>, Helena Moura<sup>7</sup>, Jacinta Bugalhão<sup>8</sup>, João Marques<sup>9</sup>, José Correia<sup>10</sup>, Pedro Faria<sup>11</sup>, Samuel Melro<sup>12</sup>

#### RESUMO

A atividade florestal regista uma elevada dinâmica em Portugal, sobretudo desde os incêndios de 2017 e com os novos Programas Regionais de Ordenamento Florestal. Neste contexto, a Direção-Geral do Património Cultural e as Direções Regionais de Cultura constituíram um Grupo de Trabalho para a definição de procedimentos no âmbito da salvaguarda do Património arqueológico em projetos florestais e agricultura intensiva. No âmbito florestal foi elaborado um conjunto de orientações relativas à salvaguarda do Património arqueológico, preparam-se ações de sensibilização, destinadas à administração local, proprietários e gestores florestais. As iniciativas procuraram a introdução de boas práticas de salvaguarda patrimonial, o estímulo de uma relação sustentável entre o homem, o seu território e o Património Arqueológico, recurso finito e não renovável. Palavras-chave: Salvaguarda do Património arqueológico, Projetos florestais, Ordenamento florestal, Gestão do território, Sensibilização patrimonial.

#### **ABSTRACT**

The forestation and reforestation activity registers a high dynamics in national territory, very implemented in the aftermath of the great fires that occurred between June and October 2017 and with the revision of the Regional Forest Management Programmes. In this context, the Directorate-General for Cultural Heritage (DGPC) and the Regional Directorates for Culture formed a Task Force (TF) for the definition of procedures and regulations in the context of safeguarding of archaeological heritage in forestry and intensive agriculture projects. Within the scope of forestry projects, the TF produced a set of guidelines relating the safeguarding of the archaeological heritage, to be implemented in multi-annual plantations with impacting techniques of soil mobilization (namely: removal of stones, heavy mechanical scarification, subsoiling, ground levelling, mega ridges-furrows, and terracing, among others). Another of the TF activity area is related with the preparation of awareness raising actions, both for stakeholders in local administration, with obligations in territory management, and for those with interests associated with forestry, which includes owners, investors and forest managers.

Thus, it is intended to advertise the initiatives that have been developed in order to introduce and promote good practices related with the safeguarding of the cultural heritage in forestry operations, in order to stimulate a sustainable relationship between man and his territory, namely, with the Archaeological Heritage, a finite and non-renewable resource.

**Keywords**: Archaeological heritage rescue, forestry projects, forest management, territory management, heritage education.

- 1. DGPC; fbraganca@dgpc.pt
- 2. DGPC; gzambujo@dgpc.pt
- 3. DGPC; slourenco@dgpc.pt
- 4. DRC Norte; bpaiva@culturanorte.gov.pt
- 5. DRC Centro; cbanha@drcc.gov.pt
- 6. DRC Algarve; ftata@cultalg.gov.pt
- 7. DRC Centro; hmoura@drcc.gov.pt

- 8. DGPC; jbugalhao@dgpc.pt
- 9. DGPC; jmarque@dgpc.pt
- 10. DGPC; jcorreia@dgpc.pt
- 11. DRC Norte; pfaria@culturanorte.gov.pt
- 12. DRC Alentejo; samuel.melro@cultura-alentejo.gov.pt

# 1. INTRODUÇÃO

Em Junho de 2017 foi constituído o Grupo de Trabalho de Salvaguarda de Património Arqueológico em Operações Agrícolas e Florestais (GT), composto por elementos da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), da Direção Regional de Cultura do Norte (DRC Norte), da Direção Regional de Cultura do Centro (DRC Centro), da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo) e da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC Algarve), com o intuito de encontrar soluções, que atendessem às especificidades regionais. Pretendia-se garantir a proteção deste Património em projetos agrícolas e florestais, procurando travar, deste modo, destruições por falta de um planeamento adequado, através da criação de procedimentos técnicos, com critérios homogéneos, estabelecidos a montante destas operações com elevado impacte ao nível do solo. Desde essa data o GT tem reunido regularmente, tendo produzido a seguinte documentação:

- i. Circular: Termos de Referência para procedimentos técnicos salvaguarda do Património Arqueológico no âmbito de projetos florestais
- ii. Brochura: Procedimentos para a Salvaguarda do Património Arqueológico em Operações Agrícolas
- iii. Guia: Os Projetos Agrícolas e a Salvaguarda de Património Arqueológico
- iv. Brochura: Procedimentos para a Salvaguarda do Património Arqueológico em Operações Florestais
- v. Guia: Os Projetos Florestais e a Salvaguarda de Património arqueológico

## 2. HISTORIAL E ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade florestal foi há muito identificada como crítica para a conservação do Património arqueológico. Nas últimas quatro décadas registaram-se em Portugal diversos episódios de destruição de sítios arqueológicos na sequência de trabalhos florestais que, como tantas outras emergências, despoletaram intervenções de salvamento com vista à recuperação da informação arqueológica associada aos sítios afetados. Refiram-se a título de exemplo, os trabalhos arqueológicos realizados em 1981 e 1982, na Fonte do Sapo (CNS<sup>13</sup> 1199), Mogadouro, pela

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; em 1986 e 1978, em São Martinho da Gândara/Castro de Recarei (CNS 6704), Oliveira de Azeméis, por José Augusto Teixeira Maia Marques; em 1987, na Base Aérea de Beja 1 (CNS 1527), em Beja, pelo IPPC; em 1989, no povoado da Charneca da Salavessa (CNS 6812), Nisa, pela Associação de Estudos do Alto Tejo; ou em 1990, no Castelo Velho de Degebe (CNS 1091), Reguengos de Monsaraz, pelo IPPC, entre muitos outros (Caninas e Henriques, 1995).

Este panorama registou forte agravamento no final da década de 80, com a expansão da florestação intensiva de vastas áreas do país, nomeadamente monocultura do eucalipto no âmbito do crescimento da indústria de pasta de papel (Alves, Pereira e Silva, 2007, p. 20). O crescimento do eucaliptal levantou sérios problemas de natureza ambiental, motivando um movimento de contestação das associações de defesa do ambiente, no qual a proteção do Património Cultural esteve essencialmente omissa (Caninas e Henriques, 2008). Mas, de facto, este tipo de explorações florestais comportava uma intervenção mecanizada e com recurso a meios muito pesados, potenciando em muito o seu carácter destrutivo para os vestígios arqueológicos. Esta realidade provocou a multiplicação das situações de afetação patrimonial, bem como o aumento da amplitude e intensidade do impacte destrutivo (Caninas e Henriques, 1995; Henriques, Caninas e Chambino, 2008), gerando uma corrente de reflexão na comunidade arqueológica, na procura de soluções no âmbito da arqueologia preventiva que permitissem a adequada proteção deste Património (Arnaud, 1991, p. 13-14; Caninas e Henriques, 2008). Em 27 de Fevereiro de 1989, o Conselho Consultivo do IPPC emitiu uma moção em que expressava preocupação com estas reiteradas destruições e apelava à articulação entre as áreas governativas da Cultura, do Ambiente e da Agricultura com vista à resolução do problema (Figura 1).

Neste contexto, em 1989, o então IPPC promoveu protocolos de colaboração com as três maiores empresas de florestação, com vista ao enquadramento das intervenções arqueológicas preventivas no âmbito da sua atividade. Foram criadas equipas técnicas de Arqueologia que procediam à prospeção prévia das áreas a florestar, à delimitação das áreas de proteção dos locais com interesse arqueológico, à realização de sondagens nos sítios arqueológicos loca-

<sup>13.</sup> CNS – Acrónimo correspondente ao Código Nacional de Sítio Arqueológico

lizados nas áreas a florestar e ao acompanhamento dos trabalhos de florestação (Arnaud, Almeida e Bugalhão, 1991; Arnaud, Muralha e Estorninho, 1991; Arnaud, Ramos e Martins, 1991). Estes protocolos vigoraram com eficácia relativa (AEAT, 1994) até 1997, quando o Estado passou a assumir um papel normativo e fiscalizador, deixando de garantir a execução direta dos trabalhos arqueológicos.

Por outro lado, ao longo do tempo foi-se consolidando a necessidade de aprofundamento do conhecimento da Carta Arqueológica de todo o território nacional, como única forma de salvaguardar os vestígios arqueológicos ameaçados pelo avanço da floresta (Henriques, Caninas e Chambino, 2008). Contudo, a verdade é que estes procedimentos nunca foram completamente eficazes, continuando a verificar-se situações de destruição (embora menos frequentes devido à diminuição dos projetos de novas florestações). Assim, nos últimos vinte anos, a salvaguarda patrimonial no âmbito de projetos florestais (em conjunto com a agricultura intensiva) mantém-se uma preocupação, pois embora os procedimentos de arqueologia preventiva sejam já muito abrangentes e eficazes, esta atividade continua a representar um impacto considerável na paisagem e no subsolo com graves afetações do Património, sem que se assegure a sua preservação no quadro geral do licenciamento, financiamento e regulação destas atividades (Caninas, Henriques e Gouveia, 2008). Desta realidade têm feito eco, os arqueólogos que nos diversos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural acompanham a atividade arqueológica e exercem a sua fiscalização, através de inúmeras iniciativas, contactos institucionais, propostas de atuação e salvaguarda, denúncias e, principalmente, reflexão crítica sobre os diversos e complexos aspetos desta problemática.

O enquadramento dos trabalhos arqueológicos preventivos no âmbito da atividade florestal decorre, por norma, em contexto de gestão municipal do território, de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Ordenamento e Gestão do Território. A partir do final dos anos 90 do século XX, em Portugal, foram progressivamente adotados (a nível legislativo, regulamentar e de boas práticas) procedimentos de *arqueologia preventiva*, preconizados na Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aprovada pelo Conselho da Europa, em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de

1992 e ratificada pelo Estado Português, em 1997 (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 12 de Dezembro).

Estes princípios foram plasmados na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, (que estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural), pelo que desde então, a salvaguarda do Património arqueológico no âmbito de projetos/explorações florestais perdeu especificidade, sendo englobada na generalidade dos "empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem" (n.º 4 do Artigo 79.º da referida Lei), em grande parte baseada na aplicação dos princípios da conservação pelo registo científico e financiada ao abrigo do princípio do poluidor-pagador.

Contudo, e volvidas várias décadas de experiência, conclui-se que a salvaguarda do Património arqueológico no âmbito de projetos/explorações florestais revela ainda fragilidades significativas que se consubstanciam na perda de informação e de bens arqueológicos. Quando detetável a atuação pautou-se casuisticamente por medidas provisórias de salvaguarda perante o risco de destruição e perda dos valores arqueológicos ou, na maior parte das situações, pelo estabelecimento de medidas de minimização a posteriori sobre danos já verificados. Estas fragilidades resultam do licenciamento e das limitações existentes no enquadramento previsto no regime jurídico da AIA (Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, com as alterações sucessivas, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro). De acordo com este regime jurídico (Anexo 2, Ponto 1), são apenas sujeitos a procedimento de AIA projetos de florestação e reflorestação, desde que impliquem a substituição de espécies preexistentes, em áreas isoladas ou contínuas, com espécies de rápido crescimento e desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras:

i. Nos casos gerais: em projetos de florestação/ reflorestação com uma área ≥ 350 ha, ou ≥ 140 ha, se, em conjunto com povoamentos preexistentes das mesmas espécies, distando entre si menos de 1 km, der origem a uma área florestada superior a 350 ha; em projetos de desflorestação ≥ 50 ha; ii. Nas áreas sensíveis¹⁴: em projetos de florestação/reflorestação com uma área ≥ 70 ha, ou ≥ 30 ha, se, em conjunto com povoamentos preexistentes das mesmas espécies, distando entre si menos de 1 km, der origem a uma área florestada superior a 70 ha; em projetos de desflorestação ≥ 10 ha.

Por outro lado, no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), o estabelecimento de medidas de salvaguarda patrimonial não tem revelado uma verdadeira eficácia e alcance. Às operações florestais subjaz um conjunto de instrumentos de gestão territorial com distintos níveis de planeamento: a nível regional ou supramunicipal, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) que se articulam com outros instrumentos de planeamento territorial; a nível local, os Planos de Gestão Florestal (PGF) que por sua vez consagram os Planos de Utilização de Baldios (PUB). A existência de um PGF e dos Planos de Defesa da Floresta (PDF) vincula todos os proprietários e produtores florestais abrangidos pela área territorial das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), áreas florestais contínuas geridas por uma única entidade. Por fim a nível operacional, em continuidade dos PDF existem os Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF) (zonas de risco de incêndio, pragas e doenças, etc.). Apesar da emissão parcial, pelo que claramente insuficiente, de pareceres da administração do Património Cultural sobre estes IGT e PGF, tais contributos não vieram a resultar em igual número de trabalhos arqueológicos preventivos. O mesmo se pode dizer quanto à interação com o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), através da plataforma RJAAR - SIICNF, gerido pelo ICNF, mecanismo associado às ações sujeitas a autorização e a comunicação prévia. Nesse âmbito tem-se verificado no território nacional de forma desfasada e não sistemática a participação dos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural quando solicitado a "consultas e pareceres". Em suma, apesar dos trabalhos florestais serem alvo de uma série de instrumentos e mecanismos que visam a implementação de medidas de salvaguarda patrimonial, sejam no articulado dos PROF ou dos PGF, seja nos pareceres solicitados pelo RJAAR, não se considera que estejam a ser devidamente atendidos os procedimentos e a aplicação dos princípios da *arqueologia preventiva*.

3. PROPOSTA DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO ÂMBITO DE PROJETOS/EXPLORAÇÕES FLORESTAIS

Tendo por base a experiência de décadas da Administração do Património Cultural na sua vertente arqueológica, e constatando-se a necessidade, perante a crescente expansão do número de projetos florestais sem enquadramento no previsto no regime jurídico de AIA, verificou-se ser útil proceder à elaboração de um normativo que preconize procedimentos mais eficazes. Assim, foi elaborado pelo GT o documento Termos de Referência para procedimentos técnicos de salvaguarda do Património arqueológico no âmbito de projetos/explorações florestais (concluído em final de 2018), que aguarda homologação superior por parte da DGPC. O documento tem como principais objetivos: (i) definição e implementação de procedimentos que abranjam a totalidade dos projetos/explorações florestais, permitindo a adequada salvaguarda do Património arqueológico e da informação técnica e científica a este inerente, de acordo com a legislação em vigor; (ii) definição e implementação de procedimentos que promovam a uniformização de critérios técnicos e científicos e de atuação por parte dos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural. Pretende-se igualmente que sirva de orientação para a emissão de pareceres para a salvaguarda do Património arqueológico, nomeadamente em sede de RJAAR. Os procedimentos técnicos previstos no documento aplicam-se, independentemente dos procedimentos de salvaguarda arqueológica decorrentes da legislação e regulamentação específica relativa a licenciamento, autorização e informação prévia de operações florestais.

<sup>14. «</sup>Áreas sensíveis»: i) Áreas protegidas, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho; ii) Sítios da Rede Natura 2000, zonas especiais de conservação e zonas de proteção especial, classificadas nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, no âmbito das Diretivas n.os 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens; iii) Zonas de proteção dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação, definidas nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (alínea a) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro.

Na estratégia preconizada, nas propriedades (ou parcelas) com uma área inferior a 100 ha e nas quais não tenham sido identificados até ao momento vestígios patrimoniais não é imposta qualquer condicionante. Realça-se ainda que, caso sejam encontrados quaisquer testemunhos arqueológicos no âmbito das atividades florestais, os proprietários/promotores ficam obrigados a dar conhecimento do achado no prazo de quarenta e oito horas à administração do Património Cultural competente (DGPC e DRC) ou à autoridade policial (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), a fim de que sejam implementadas as medidas de salvaguarda adequadas nos termos da Lei.

Para as propriedades (ou parcelas) com uma área igual ou superior a 100 ha, preconiza-se a realização de prospeção sistemática prévia. Em função dos seus resultados deverá propor-se para aprovação da DGPC/DRC, a metodologia e as medidas de minimização a aplicar, como acompanhamento arqueológico, sondagem, escavação arqueológica ou outros, assim como a estratégia de salvaguarda a implementar.

Independentemente da sua dimensão, nas propriedades (ou parcelas) em cujo perímetro se conservem vestígios arqueológicos e/ou que registem sítios arqueológicos localizados a uma distância inferior a 500 m do seu limite exterior, deverão ser promovidos trabalhos de prospeção sistemática prévia e, em função dos seus resultados, determinadas ulteriores medidas de salvaguarda. Neste caso, os proprietários/promotores deverão promover também acompanhamento, sondagem ou escavação de caraterização dos sítios já inventariados, bem como de outros que venham a ser identificados no decurso dos trabalhos arqueológicos, de forma a evitar qualquer impacte sobre estes. Em função dos resultados poderão ainda ser propostas e aprovadas pela DGPC/DRC outras medidas de salvaguarda que se considerem necessárias, como por exemplo a delimitação cartográfica e, preferencialmente, a manutenção de um sistema de demarcação física no terreno dos sítios já inventariados, bem como de outros que venham a ser identificados no decurso dos trabalhos arqueológicos, de forma a assegurar a sua proteção. O sistema de demarcação física dos sítios, a ser aprovado pelos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural, pode decorrer do ordenamento florestal, servindo como zona de descontinuidade ou de faixa de gestão combustível. Deverá ser construído em estrutura durável que se mantenha durante toda a fase de exploração. A limpeza de vegetação, manutenção e gestão das áreas demarcadas são igualmente da responsabilidade do proprietário/promotor.

Note-se que a definição da estratégia de salvaguarda a adoptar deverá ter em consideração, não apenas os critérios de extensão e de existência ou não de sítios arqueológicos previamente inventariados, mas também o tipo e potencial destrutivo das ações florestais previstas em cada projeto/exploração. Os trabalhos arqueológicos a desenvolver deverão ser precedidos do estabelecimento da situação de referência relativa a cada projeto/exploração e deverão incidir não apenas nas áreas florestais, mas sobre todas as áreas a afetar no âmbito do projeto/ exploração (estruturas de apoio à atividade florestal, de drenagem ou rega, acessos viários, aceiros, etc.). Nos termos da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, a proposta prevê ainda a possibilidade de os proprietários/promotores de projetos/explorações florestais promoverem, total ou parcialmente, a expensas suas, os trabalhos arqueológicos de cuja conclusão possa resultar a cessação das limitações impostas ao uso do terreno.

### 4. INCÊNDIOS

# 4.1. Trabalhos arqueológicos realizados na sequência de incêndios florestais em Portugal

Os incêndios florestais são uma realidade endémica em Portugal, mas com significativo agravamento, mercê do progressivo despovoamento do território interior e do abandono gradual das atividades económicas que asseguram a gestão da biomassa vegetal, como a agricultura, o pastoreio e a floresta tradicional (Conselho Nacional de Reflorestação, 2005). Assim, aos riscos patrimoniais da atividade florestal juntam-se os riscos decorrentes dos incêndios florestais, de intensidade e amplitude progressivamente maiores nos últimos vinte anos (Caninas e Henriques, 2008). Como resposta aos grandes incêndios de 2003, foram desencadeadas diversas iniciativas de emergência, com vista à caracterização de danos e recuperação de informação arqueológica (Real, 2003; Delgado, Oosterbeek e Cruz, 2006; Caninas, Henriques e Gouveia, 2008). Situação idêntica se verificou em 2005, embora em menor escala e, principalmente em 2017, quando os incêndios florestais alcançaram dimensão de calamidade pública à escala nacional, com 150 concelhos abrangidos,

cerca 600 000 ha ardidos e cerca de 1 500 sítios arqueológicos potencialmente impactados.

Em 2017, a DGPC preconizou uma estratégia de âmbito nacional que permitisse mitigar os diversos impactes em causa: danos diretos e indiretos (decorrentes dos processos erosivos subsequentes) do fogo sobre estruturas e contextos estratigráficos (Garcês e Oosterbeek, 2017; Bragança, Zambujo e Lourenço, 2018 e 2019; Real et alii, 2019); impactes dos trabalhos de recuperação (limpeza, ordenamento e reflorestação; corte e arrasto de madeira queimada; construção ou melhoramento de infraestruturas florestais, reconstrução de habitações e outras infraestruturas ardidas etc); reposição ou criação de faixas de servidão pública para proteção de eixos viários e ferroviários, habitações, aglomerados urbanos, instalações industriais e agropecuárias, linhas elétricas e de telecomunicações, ou outras. Nos organismos dependentes do Ministério da Cultura foram desenvolvidas diversas ações com vista à implementação desta estratégia.

#### 4.2. Gestão da informação SIG

No decurso da devastação provocada pelos incêndios florestais de 2017 a DGPC procurou criar uma metodologia de diagnóstico para estimar e posteriormente aferir o Património arqueológico potencialmente afetado. Nesse sentido foi efetuado o cruzamento entre as áreas ardidas, obtidas através de imagem satélite e disponibilizadas em formato geográfico digital¹5 no site do ICNF (em conformidade com o disposto no n.º 5 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro), e a informação geográfica digital¹6 dos sítios arqueológicos georreferenciados da DGPC.

Importa referir que, de acordo com o ICNF, a cobertura das áreas ardidas à data não era exaustiva, uma vez que não incluía as áreas inferiores a 10ha, estando prevista a retificação destes dados através do trabalho de campo desenvolvido quer pela GNR, quer pela Proteção Civil. Face a esta informação, foi assumido que a confrontação obtida tinha carácter provisório, acarretando uma margem de erro na avaliação efetuada, e agravando potencialmente o número de sítios afetados pelos incêndios.

# 4.3. Proposta de estratégia global de resposta aos incêndios (proposta pelo GT – 2017)

A catástrofe nacional provocada pelos incêndios de 2017 mobilizou toda a comunidade nacional para a intervenção necessária à reconstrução de vidas, bens e modos de subsistência. Face a este cenário excecional e conscientes dos impactes diretos infligidos nos sítios arqueológicos pelos incêndios e pelo seu necessário combate, bem como pelos impactes subsequentes – como sejam, por exemplo, a exposição excessiva dos contextos arqueológicos a processos erosivos potenciados na época de chuvas devido ao desaparecimento do coberto vegetal, os trabalhos de limpeza e de ordenamento das florestas, a construção e melhoramentos de várias infraestruturas associadas à exploração florestal e a outros equipamentos, as ações de reflorestação e florestação -, tornou-se premente diagnosticar, avaliar e definir medidas de salvaguarda (Figura 2).

Tendo em conta a grande extensão e a elevada dispersão de território abrangido, estes trabalhos, acarretavam elevados riscos para o Património arqueológico. Neste caso, a responsabilidade da salvaguarda arqueológica recairia sobre as entidades públicas que implementaram esta medida e, principalmente, sobre organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural. Dada a dimensão do território afetado, propôs-se superiormente que a estratégia de trabalho fosse efetuada com a colaboração de uma rede alargada de arqueólogos e instituições. Contudo, superiormente houve o entendimento de serem os próprios serviços da administração central e regional do Património Cultural a fazerem o levantamento da situação do Património arqueológico afetado pelos incêndios. Apesar do mérito do trabalho desenvolvido há que assumir que este ficou muito aquém do que seria técnica e patrimonialmente desejável, muito devido à falta recursos humanos das entidades competentes envolvidas. Assim sendo, os resultados apurados em grande parte do território nacional não espelham a amplitude dos impactes dos incêndios de 2017 sobre o Património arqueológico.

### 4.4. Ações de âmbito regional

# a) Ação desenvolvida no âmbito dos incêndios de 2017 na Região de Lisboa e Vale do Tejo

Nos trabalhos de levantamento realizados na área de Lisboa e Vale do Tejo, área de atuação da DGPC (Bragança, Zambujo e Lourenço, 2018) foi excluí-

<sup>15.</sup> No caso, em formato ESRI shapefile

<sup>16.</sup> Idem

do o concelho de Mação uma vez que este foi alvo de trabalhos de prospeção efetuados pelo Instituto Terra e Memória - Centro de Estudos Superiores de Mação (Garcês e Oosterbeek, 2017). O trabalho desenvolvido pela DGPC teve como principais objetivos: diagnosticar e avaliar os impactes diretos e indiretos dos incêndios; descrever o estado atual dos sítios, o seu estado de conservação e os danos causados pelos incêndios; identificar potenciais riscos no âmbito dos trabalhos de limpeza, ordenamento e reflorestação; detetar novos sítios nas áreas ardidas, assim como propor medidas de salvaguarda. Metodologicamente com base no trabalho de cruzamento de dados efetuado a nível nacional, procedeu-se ao seguinte: elaboração de cartografia com a inclusão das áreas ardidas e implantação dos sítios arqueológicos tendo por base as CMP, criação de uma ficha tipo de monitorização dos sítios, consulta das cartas arqueológicas dos municípios afetados (Batata, 1997; Batata e Arsénio, 2006; Pereira, 2006; Silva, Batista e Gaspar, 2009) e contacto com os arqueólogos das autarquias e investigadores com projetos nas áreas afetadas.

Os resultados destes trabalhos (ver Quadro 1) permitiram cindir os impactes em impactes por ação direta dos incêndios e impactes expectáveis. Os impactes resultantes da ação direta dos incêndios identificados no terreno foram, o estalamento observado na sepultura escavada na rocha da Fonte Seca (CNS 24813); as estruturas queimadas no povoado proto-histórico do Maxial (CNS 13142), nos casais de época moderna da Ribeira de Vale do Castro (CNS 37647) e no núcleo de povoamento de Vale Carvalho (CNS 25199), e, os resultantes das ações de corte e remoção de árvores, nomeadamente a fratura de um marco da Ordem de Cristo da Senhora da Orada IV (CNS 24853) (Figura 3).

Os impactes expectáveis, transversais a todos os sítios observados, surgiriam quando ocorressem os trabalhos de corte, limpeza do terreno e reflorestação e são uma consequência direta dos incêndios, colocando em risco de destruição o Património arqueológico. De igual modo, os sítios arqueológicos desprotegidos da sua cobertura vegetal ficarão expostos e vulneráveis aos agentes climáticos, nomeadamente à erosão por ação da chuva e do vento, acelerando o seu processo de deterioração, mesmo após a fase de combate ao fogo.

Atendendo à escassez dos recursos humanos e técnicos da administração central, apenas foi possível

realizar este trabalho dado o número reduzido de sítios conhecidos potencialmente afetados nesta região, não tendo permitido a realização de trabalhos de prospeção sistemática das áreas ardidas o que iria, necessariamente, levar à identificação de novos sítios arqueológicos. Para os sítios em que se verificou terem sido afetados ou estarem em risco de afetação foi proposto um conjunto de medidas de minimização, incluindo levantamento topográfico, sondagens arqueológicas e acompanhamento dos trabalhos associados à reflorestação. (Quadro 1)

Como foi referido, no concelho de Mação o levantamento foi realizado por Sara Garcês e Luiz Oosterbeek (Garcês e Oosterbeek, 2017). Inicialmente estimaram-se 29 sítios afetados pelos incêndios, impacte apenas confirmado em 11, encontrando-se ainda 2 sítios arqueológicos em fase de avaliação, aquando da elaboração do relatório. Neste concelho os sítios que mais sofreram com os efeitos negativos dos incêndios foram os de arte rupestre (em que as superficies/suportes nos quais foram feitas as representações se encontravam cobertos de fuligem) e os povoados fortificados (em que as pedras que constituem as estruturas se apresentavam fraturadas devido às altas temperaturas a que foram expostas durante o incêndio). É também importante referir que em sítios recentemente intervencionados, como o Castelo Velho da Zimbreira (CNS 2779) e o Castelo Velho do Caratão (CNS 2762), a área das sondagens arqueológicas ardeu, bem como a manta geotêxtil que as cobria. Nos sítios integrados em percursos de visitação (caso das gravuras do Vale do Ocreza) as estruturas de apoio aos visitantes (painéis explicativos, pontes de madeira, etc.) arderam e alguns caminhos ficaram obstruídos devido à queda de árvores. Todos estes sítios foram alvo de propostas de medidas de minimização destes impactes.

# b) Ação desenvolvida no âmbito dos incêndios de 2017 na Região Centro

Dos trabalhos de levantamento realizados na região Centro-houve intervenção direta dos técnicos da DRC nos trabalhos de reconhecimento realizados pelos municípios de Mangualde, Tondela, Oliveira de Frades e Vouzela. No caso de Vouzela os trabalhos foram enquadrados no âmbito de um projeto de investigação existente à data, *Lafões: Estudo do Património Histórico Arqueológico de Vouzela*, da responsabilidade do investigador Manuel Luís Real, tendo-se constatado efeitos dos incêndios

sobre os sítios arqueológicos e sobre as infraestruturas de apoio à sua visita. Este trabalho orientou--se também para a identificação de novos sítios arqueológicos, sendo que as excepcionais condições de visibilidade do território logo após os incêndios permitiram identificar sítios inéditos, desde túmulos Pré e Proto-históricos (passando de 44 ocorrências identificadas para 77 após os trabalhos), sítios de ocupação Proto-Histórica em locais abertos, 81 troços de calçadas de diferentes cronologias, bem como caminhos vicinais e estruturas agrárias tradicionais. Na sequência das realidades identificadas foi proposta a adoção de medidas de salvaguarda como a "... sinalização de sítios, contactos com os proprietários, acompanhamento e fiscalização de trabalhos silvícolas, definição de áreas de não reflorestação, e acções de divulgação e sensibilização junto das populações locais e em gabinete (inventário sistemático de ocorrências e definição de áreas de proteção georreferenciadas)" (Real et alii, 2019).

Realizaram-se igualmente trabalhos de levantamento das áreas ardidas por iniciativa de arqueólogos dos municípios de Arganil, Guarda, Penela e Figueira da Foz. Em Arganil o reconhecimento permitiu a deteção de jazidas não inventariadas. Na Guarda, a equipa de arqueologia da Câmara Municipal, coordenada por Vitor Pereira, procedeu ao levantamento, tendo identificado 23 sítios arqueológicos afetados, destacando-se o povoado fortificado Castro do Jarmelo (CNS 266), classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>17</sup>. No Fundão, em visita efetuada por técnicos do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro e da DRC Centro ao Cabeço da Argemela (CNS 14759) em fevereiro de 2018, no âmbito da instrução do processo de classificação do sítio, foi possível verificar a afetação do povoado fortificado e área envolvente, incluindo a provável afetação dos sítios arqueológicos da Serra do Gomes: Serra do Gomes (CNS 26861) e Serra do Gomes 1 (CNS 26863), considerando que esta tinha sido visivelmente percorrida pela vaga de incêndios de 2017. Em Penela confirmou-se que os incêndios não atingiram os sítios arqueológicos identificados como potencialmente afetados. Na Figueira da Foz efetuou-se a sobreposição de cartografia das áreas ardidas e das plantas de Ordenamento e Condicionantes do PDM, tendo-se deduzido não haver perigo evidente para os elementos do Património Cultural conhecidos.

# c) Ação desenvolvida no âmbito dos incêndios de 2017 na Região Norte

Na região Norte foram estabelecidos contactos com as autarquias e, quando possível, com os arqueólogos/serviços municipais de arqueologia no sentido de procurar reunir informação pertinente e atualizada tendo por base a listagem geral de sítios arqueológicos passíveis de terem sofrido afetação pelos incêndios ocorridos, elaborada pelo GT. Face aos constrangimentos existentes, não foram efetuados trabalhos sistemáticos de verificação no terreno por parte dos técnicos da DRCN ou de equipas de arqueologia contratadas para o efeito.

Ainda assim, foi possível sistematizar a informação remetida por diversos municípios. Segundo informação da Câmara Municipal de Paços de Ferreira não houve afetação de nenhum dos três sítios inicialmente elencados: Citânia de Sanfins (CNS 6); Eiriz (CNS 2855) e Salgueiros (CNS 3757). Em Vila Flor não foi afetado o único sítio elencado como passível de tal: Santo Estevão (CNS 18083). No concelho de Bragança nenhum dos dois sítios inicialmente elencados: Torre do Castro (CNS 5037) e Castrilhão (CNS 5038), foi afetado. Em Celorico de Basto não houve afetação de qualquer um dos sítios inicialmente identificados: Senhora da Guia (CNS 22667); Vale (CNS 3775); Tapada da Montanha (CNS 20229); Serra Branca (CNS 21529); Carvalhais (CNS 21531); Sobreira 1 (CNS 21563) e Monte do Corgo (CNS 21552). Em Cabeceiras de Basto não houve igualmente afetação de nenhum dos seis sítios inicialmente identificados: Ladariu (CNS 3391); Monte de Ladário (CNS 3745); Ponte Antiga de Cavez (CNS 2819); Chacim (CNS 2329); Outeiro dos Moiros/Cividade de Chacim (CNS 25) e Rio Douro (CNS 5155). No concelho de Guimarães não foi afetado o sítio inicialmente elencado como passível de afetação: Castro de São Bartolomeu (CNS 14308). Em Penafiel não foi afetado nenhum dos dois sítios inicialmente identificados como passíveis de tal: Vale dos Mortos (CNS 3833) e Boelhe (CNS 4233). No concelho da Trofa nenhum dos dois sítios inicialmente listados: Trofa Velha 4/ Peça Má 1 (CNS 3977) e Lanteneu 1 (CNS 26261), foi afetado. Em Santo Tirso não houve qualquer afetação de sítios arqueológicos, nomeadamente do sítio Redundo

<sup>17. &</sup>quot;Castro do Jarmelo, com a sua linha exterior de muralhas", classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Decreto nº.39 175, DG, I Série, nº 77, de 17-04-1953.

(CNS 3033), inicialmente elencado como passível de ter sofrido afetação. Em Macedo de Cavaleiros, dos 13 sítios inicialmente listados, apenas foi possível apurar informação relativa aos sítios de Real Filatório de Chacim (CNS 11375) e Ponte do Bairrinho (CNS 17244), verificando-se que não foram afetados. Em Carrazeda de Ansiães nenhum dos três sítios inicialmente elencados: São Pedro (CNS 16688); Anta da Samorinha (CNS 16940) e Senhora da Graça (CNS 2569) terá sido afetado. No concelho de Ribeira de Pena, dos sete sítios inicialmente identificados: Regado do Salgueiro Gordo III (CNS 23196); Carvoeira (CNS 25591); Franguinha Negra III (CNS 23189); Seixinhos (CNS 7360); Ponte de Louredo (CNS 2481); Calhau dos Cantinhos/Fonte Santa (CNS 19391) e Fonte de Prata/Latas da Pinha (CNS 19388), apenas foi recolhida informação relativa à Ponte de Lourede (CNS 2481), constatando-se que não foi afetada. Em Monção, onde dos quatro sítios inicialmente identificados como passíveis de ter sofrido afetação: Costa do Mendoiro (CNS 18033); Nossa Senhora da Assunção / Nossa Senhora da Ascensão (CNS 2556); Barbeita/ Ponte do Mouro (CNS 4793) e Santa Tecla (CNS 2484), apenas o sítio de Santa Tecla (CNS 2484), terá sido efetivamente afetado. Relativamente ao concelho de Vila Nova de Foz Côa apurou-se que não foram afetados os núcleos de gravuras rupestres do Parque Arqueológico do Vale do Côa<sup>18</sup>. Em relação aos concelhos de Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Vila do Conde, onde ocorreram incêndios menores, foi ainda apurado não ter havido afetação de Património arqueológico. Ao que foi possível constatar, não houve sítios classificados afetados pela vaga de incêndios.

# d) Ação desenvolvida no âmbito dos incêndios de 2017 na Região do Alentejo

Na região do Alentejo, da listagem inicial de sítios arqueológicos potencialmente afetados pelos incêndios florestais de 2017, apenas foi confirmada no terreno a situação do Monte da Boiça 1/Anta da Pata do Cavalo (CNS 8009), que, apesar de se localizar

18. «Conjunto dos Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa», classificado como Monumento Nacional (MN) e inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO em dezembro de 1998 - Decreto n.º 32/97, DR, I Série-B, n.º 150, de 2-07-1997; Aviso n.º 15168/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010; Anúncio n.º 13471/2012, DR, 2.ª série, n.º 187, de 26-09-2012; Decreto n.º 6/2013, DR, 1.ª série, n.º 86, de 6-05-2013.

nas imediações de uma área ardida, não chegou a ser afetado pelos incêndios.

# e) Ação desenvolvida no âmbito dos incêndios de 2017 na Região do Algarve

Nesta região não foram efetuados quaisquer trabalhos, visto que no ano de 2017 os incêndios no Algarve tiveram uma expressão pontual e em áreas muito reduzidas, não tendo havido conhecimento de terem sido afetados sítios arqueológicos. Este padrão manteve-se em 2018, ano em que ocorreu apenas uma verificação de impactes provocados pelos incêndios, no Cerro do Castelo de Alferce (CNS 1283), efetuado pelo arqueólogo da autarquia de Monchique.

# 5. DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO – BROCHURA E GUIA; AÇÕES DE SENSIBILI-ZAÇÃO PROPOSTAS PARA 2020 E OUTRAS

A par das iniciativas acima descritas, e por se considerar que é urgente aproximar o discurso arqueológico do público em geral, não estando de outra forma garantida a sua salvaguarda, o GT procurou desenvolver documentação de sensibilização a disponibilizar às entidades com responsabilidade direta nos programas de florestação e reflorestação (ICNF, autarquias, gestores florestais, entidades de certificação florestal e proprietários), alertando-as para a necessidade de serem adotadas medidas de salvaguarda do Património arqueológico.

Foram produzidos dois documentos: um díptico relativo aos, "Procedimentos para a Salvaguarda do Património arqueológico em Operações Florestais" e um manual em formato digital designado de "Guia - Procedimentos para a Salvaguarda do Património arqueológico em Operações Florestais". Ambos os documentos procuram responder, de forma simples e sintética às mais básicas dúvidas e questões que poderão surgir ao nível da salvaguarda do Património arqueológico no decurso de operações florestais. Assim, procuram esclarecer, numa linguagem acessível, o que é o Património arqueológico, quais são os organismos da administração pública com competência sobre este Património, de que proteção legal goza este Património, quais os impactes que as operações florestais poderão ter sobre os sítios e ocorrências patrimoniais, como é que é possível saber se existe Património arqueológico numa unidade florestal, o que fazer caso exista Património, ou caso os vestígios surjam no decurso

de uma operação florestal e quais os impactes que os incêndios florestais e as ações preventivas e pósincêndio poderão ter sobre este tipo de Património (Figura 4).

Está ainda prevista a realização de ações de sensibilização, de carácter regional, desde já, junto das Comunidades Intermunicipais de Lisboa e Vale do Tejo, que se pretendem alargar ao restante território nacional, com o intuito de estabelecer sinergias com as câmaras municipais, alertando o nível local para as questões da salvaguarda do Património arqueológico no âmbito dos licenciamentos e apreciação de projetos de âmbito florestal.

Numa primeira fase, estas ações de sensibilização terão em vista o envolvimento dos gabinetes florestais e de arqueologia municipais na salvaguarda do Património arqueológico. Posteriormente procurar--se-á proceder à sensibilização de proprietários e gestores florestais e entidades de certificação florestal (da norma FSC de Gestão Florestal para Portugal e PEFC - Norma Portuguesa 4406 de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável). O conteúdo destas ações procura fazer o historial da relação da floresta com o Património Cultural ao longo das últimas décadas, enquadrar legalmente a salvaguarda do Património com os instrumentos de ordenamento, administração e gestão da floresta, e, ainda, apresentar procedimentos para uma eficaz preservação do Património arqueológico em projetos florestais, harmonizando a gestão da floresta com a proteção do Património Cultural.

### 6. BALANÇO E PERSPETIVAS

Nas últimas décadas, tem havido um esforço por parte dos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural para, por um lado notificar as entidades de Gestão Florestal/proprietários sobre a existência de sítios arqueológicos nas suas propriedades, e da obrigatoriedade da salvaguarda dos mesmos, e, por outro, sensibilizar os gestores florestais/proprietários para a obrigatoriedade do recurso a mão-de-obra especializada em arqueologia para executar o trabalho de levantamento, análise, avaliação e proposta de medidas de salvaguarda do Património Cultural existente nas propriedades.

Lamentavelmente apesar do esforço que tem vindo a ser feito, quer pela DGPC, quer pelas DRC, para já, estas ações têm produzido poucos resultados concretos, facto que é facilmente mensurável através do baixo número de pedidos de autorização submetidos para a realização de trabalhos arqueológicos no âmbito de arborizações e rearborizações, verificando-se mesmo uma resistência das entidades com responsabilidade na gestão da floresta em implementar as medidas de salvaguarda determinadas pelos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural.

Torna-se por isso urgente ultrapassar este impasse ou mesmo ausência de diálogo entre a fileira florestal e a administração do Património Cultural, tendo em vista a sua salvaguarda. É disso exemplo a incontornável necessidade de reconversão da floresta nacional dotando-a de maior resiliência aos incêndios, que conduziu ao desenvolvimento no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território e do Programa de Transformação da Paisagem (publicado nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 48/2020 e n.º 49/2020, Diário da República n.º 121/2020, Série I, de 24 de junho), que prevê a criação de 20 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem, que correspondem a cerca de 20% da área florestal do país, centrada sobretudo no Norte e Centro de Portugal e nas Serras de São Mamede, Caldeirão e Monchique. A seleção destas áreas, feita pelo ICNF em colaboração com a Direção-Geral do Território (DGT), teve em conta a perigosidade de incêndio, considerando-as áreas de "risco alto e muito alto". A prioridade do programa é clara, sendo a adesão dos proprietários de carácter obrigatório, celebrada por um contrato a 20 anos, e estando, os que não queiram aderir, compelidos a arrendar os terrenos ao Estado de modo a não impedir a implantação do programa. O programa prevê a reestruturação do espaço florestal com a criação de descontinuidades florestais, estando prevista a substituição de áreas de eucalipto por outras espécies mais resilientes aos incêndios. A implementação destas medidas, que terão claramente grande impacte no subsolo, requererá uma articulação sem par entre os organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural e a autoridade da floresta nacional de forma a garantir a compatibilização da implementação dos programas previstos, com a salvaguarda do Património arqueológico e assegurar a obrigatoriedade dos trabalhos arqueológicos necessários na execução destes programas. As prioridades definidas e reiteradas nestas disposições legais não poderão vir a ser implementadas com a manutenção

da atual incapacidade de dar cumprimento à legislação que salvaguarda o Património arqueológico, requerendo das entidades envolvidas uma alteração do modus operandi, o que impõe o estabelecimento de sinergias interinstitucionais e políticas até ao presente incipientes. A persistência dos problemas descritos na salvaguarda do Património arqueológico no âmbito da atividade florestal demonstra que as respostas dos organismos da administração pública com competência sobre o Património Cultural e das tutelas políticas não têm sido eficazes. A DGPC e as DRC têm de conferir a esta problemática a prioridade que merece, sendo mais assertivas e eficazes na definição e implementação de medidas corretivas. A resolução dos problemas referidos passará por um trabalho transversal entre o Ministério da Cultura e a área governativa do ambiente e das florestas e com a administração pública local que permita ultrapassar os fortes obstáculos já plenamente diagnosticados.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, António Monteiro; PEREIRA, João Santos; SILVA, João M. Neves (2007) — A introdução e expansão do eucalipto em Portugal. In ALVES, António Monteiro; PEREIRA, João Santos; SILVA, João M. Neves, eds. — O Eucaliptal em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica. Lisboa: Isapress Editora, pp. 13-24.

ARNAUD, José Morais (1991) — Palavras de abertura do Secretário-Geral das Jornadas. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 13-14.

ARNAUD, José Morais (1994) – A Componente Arqueológica no Processo de AIA em Portugal. In *Avaliação de Impacte Ambiental, Conceitos, Procedimentos e Aplicações*, Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, pp. 252-263.

ARNAUD, José Morais; ALMEIDA, Pedro Freire; BUGA-LHÃO, Jacinta (1991) — Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Soporcel. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. *Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp. 75-82.

ARNAUD, José Morais; MURALHA, João; ESTORNINHO, Alexandra (1991) – Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Celbi. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp. 69-74.

ARNAUD, José Morais; RAMOS, Carlos Alberto; MARTINS, Artur Gonçalves (1991) – Prospecção arqueológica na Herdade do Gavião. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. *Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp. 83-86.

AEAT (1994) — A destruição do Património Arqueológico no território português. O testemunho da Associação de Estudos do alto Tejo. *Jornal do Fundão*. Fundão. 8 de abril, pp. 18-19.

BATATA, Carlos (1997) – *As Origens de Tomar. Carta Arqueológica do Concelho.* Coimbra: Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar, 359 p.

BATATA, Carlos; ARSÉNIO, Paulo (2006) – *Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere*. Ferreira do Zêzere: Câmara Municipal Ferreira do Zêzere/Ozecarus, 147 p.

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2018) – Relatório dos Trabalhos de Monitorização dos Sítios Arqueológicos afectados pelos incêndios de 2017 na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC (documento policopiado).

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2019) – Balanço dos Incêndios 2017: região de Lisboa e Vale do Tejo. In ROCHA, Leonor; BRANCO, Gertrudes; SANTOS, Ivo, eds. – *Salvaguarda Arqueológica. Archaeological Safeguard* (Scientia Antiquitatis, 1). Évora, pp. 477-489. Disponível em: http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/26/V3\_N1 (acedido em maio de 2020).

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco (1995) – Exemplos da destruição do arqueológico no sul da beira interior. *Al-madan*. Almada. II série, 4, pp. 115-118.

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco, GOUVEIA, Jorge (2008) – Contributos para uma caracterização do impacte dos fogos florestais de 2003 sobre o património arqueológico e o património construído no distrito de Castelo Branco. *AÇAFA On Line*, 1. Disponível em: http://www.altotejo.org/acafa/docs/Arquivo/Impactes\_no\_Patrimonio\_dos\_Fogos\_de\_2003.pdf (acedido em março de 2017).

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco; SALVADO, Pedro; CHAMBINO, Mário (2019) – Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 106 anos depois de Francisco Tavares de Proença Júnior. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 2. pp. 5-48. Disponível em: http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/30 (acedido em junho de 2020).

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco (2008) – O Património arqueológico e o sector florestal. In *Actas das I Jornadas de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, pp. 285-309.

CONSELHO NACIONAL DE REFLORESTAÇÃO (2005) – Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004. Lisboa. 30 de junho de 2005. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas (documento policopiado). Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/resource/doc/CNR-OER-Docfinal.pdf (acedido em maio de 2020).

CRUZ, Ana; OOSTERBEEK, Luiz; DELGADO, Cidália (2006) – Incêndios 2003, estratégias e resultados. In *Arkeos: perspectivas em* diálogo, 16. Tomar: CEIPHAR, pp. 77-88.

HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João; CHAMBINO, Mário (2008) – Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão. Uma leitura actualizada dos dados da Pré-História Recente. In BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BARROSO-BERMEJO, Rosa; BALBÍN-BERHMANN, Rodrigo de, eds. – *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula* (BAR International Series, 1765) Oxford: Archeopress, pp. 79-88.

PEREIRA, Jaqueline (2006) – *Carta arqueológica do concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 221 p.

PEREIRA, Vitor; RAMOS, Tiago (2016) — *Levantamento arqueológico no concelho da Guarda*. *Relatório* 2015. Guarda: Câmara Municipal da Guarda. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC (documento policopiado).

RAMOS, Tiago (2014) – O castro do Jarmelo em época medieval: o contributo da arqueologia para o seu estudo. Dissertação de mestrado apresentada à FCSH da UNL. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/13754/1/tese.pdf (acedido em junho de 2020).

GARCÊS, Sara; OOSTERBEEK, Luiz (2017) – Intervenção de Emergência. Relatório de Impacto dos Incêndios de 2017 nos Sítios Arqueológicos do Município de Mação. Mação: Instituto Terra e Memória. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC (documento policopiado).

REAL, Fernando (2003) – Os Incêndios de 2003 e a Arqueologia na Política de Ordenamento Florestal. *Al-madan*. Almada. II série, 12, pp. 202-203.

REAL, Manuel Luís; CARVALHO, António Faustino; TENTE, Catarina; BRANCO, Daniel de Melo; PEREIRA, Luís André; CARVALHO, Pedro Sobral de; RAMOS, Tiago (2019) – Estratégias de Recuperação e Salvaguarda do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017. In ROCHA, Leonor; BRANCO, Gertrudes; SANTOS, Ivo, eds. – Salvaguarda Arqueológica. Archaeological Safeguard (Scientia Antiquitatis, 1). Évora, pp. 461-476. Disponível em: http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/26/V3\_N1 (acedido em maio de 2020).

SILVA, J. Candeias; BATISTA, Álvaro; GASPAR, Filomena (2009) – Carta Arqueológica do Concelho de Abrantes. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes. Disponível em: http://cm-abrantes.pt/images/documentos/cultura-e-patrimonio/patrimonio/carta-arqueologica/carta.html (acedido em fevereiro de 2018).



Figura 1 – Plantação de eucaliptos em socalco na serra algarvia, no início da década de 90 do século XX – DGPC.

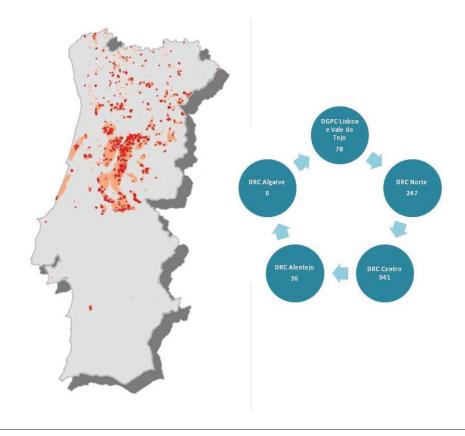


Figura 2 – Projeção das áreas ardidas em Portugal Continental em 2017 que abrangeu 150 concelhos, cerca 600.000 ha ardidos, com a indicação do número de sítios potencialmente afetados por região.



Figura 3 – Impacte provocado pelos incêndios de 2017 nas sepulturas escavadas na rocha da Fonte Seca (CNS 24813) – DGPC.



Figura 4 – Interior do díptico, referente à Salvaguarda de Património Arqueológico em Operações Florestais, produzido pelo grupo de trabalho – DGPC.

Concelhos	Levantamento Inicial <sup>1)</sup>	Sítios Potencialmente em Risco		Novos Sítios	Localização no Terreno		Grau de afetação e área ardida		
		Relocalizados	Não Relocalizados		Área Ardida	Área Não Ardida	Total	Parcial	Não Afetado
Óbidos	8	8	_	_	8	_	7	_	1
Tomar	4	1	3	1?	1	1	1	_	_
Ourém	4	2	2	_	2	_	2	_	_
Abrantes	14	14	_	_	10	4	10	_	_
Ferreira do Zêzere	22	9	13	1	6	4	4	2	_
Alcobaça	3	3	1	_	3	_	2	_	1
Caldas da Rainha	1	1	_	_	1	_	_	1	_
Total	56	38	19	2	31	9	26	3	2

Quadro 1 – Síntese dos dados apurados pelos trabalhos de campo desenvolvidos pela DGPC, com referência aos sítios abrangidos num perímetro de 50m em torno das áreas ardidas apresentadas pelo ICNF.

